

Agrohidronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia

Agrohidronegócio and territorial dynamics in Rondônia

Carlos Alberto de Almeida Ricarte -UNIR¹

carlosgeopb@gmail.com

Ricardo Gilson da Costa Silva -UNIR²

rgilson@unir.br

Resumo:

O início do século XXI manifesta a expansão do agrohidronegócio em Rondônia, no qual o uso estratégico da terra e da água se coloca como ativo econômico na dinâmica territorial da acumulação do capital. Assim, analisa-se o agronegócio da soja no sul rondoniense e a construção de sistemas de objetos (portos e hidrovia) que possibilitam a fluidez territorial, ao tempo que articula a importância do rio Madeira nessa nova dinâmica territorial no norte rondoniense. Conclui-se que a geografia local está cada vez mais pressionada pelas variáveis externas, qualificando os lugares como manifestação da totalidade mundo, quando se considera o processo de produção de *commodities* na região.

Palavras-chave: Agrohidronegócio, Dinâmicas territoriais, Rondônia.

Abstract

The beginning of the 21st century shows the outgrowth of the agrohydrobusiness in Rondonia, where the strategic use of the land and water become economic source of income in the territorial dynamic of the accumulation of financial capital. Therefore, soybean agribusiness is analyzed in the south of the state of Rondonia and the construction of (ports and waterways) that make possible the territorial fluency, at the same time articulating the importance of the Madeira River in Rondonia, it is concluded that local geography is more and more under pressure by external variables, qualifying places as global manifestations or as totality of the world, when considering the process of production of commodities in the region.

Keywords: Agrohydrobusiness, Territorial dynamics, Rondonia

Introdução

Pretendemos analisar a expansão do agrohidronegócio no estado de Rondônia e as contradições produzidas por esse modelo de uso do território, que se estabeleceu com a produção de soja no final da década de 1990. A trajetória econômica rondoniense demonstra a rapidez das transformações espaciais, quando o modelo econômico extrativista-fluvial predominante até a década de 1960, se transforma em produção agropecuária a partir da implantação de projetos colonização agrícola na década de 1970. Rompe-se o extrativismo na

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGG/UNIR.

² Professor da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGG/UNIR.

medida em que a agropecuária passa a ser produzida em escala comercial, dando origem à estrutura fundiária com pequenas, médias e grandes propriedades (SILVA, 2012).

Atualmente, o sistema de produção agrícola cristalizado nas monoculturas de grãos demandam recursos da natureza essenciais para seu dinamismo. Surge, nessa perspectiva, a relação do uso da terra agregada ao uso da água, fator fundamental para o desenvolvimento agropecuário sob a lógica do capital. Dessa fusão emerge o conceito de *agrohidronegócio* (MENDONÇA; MESQUISTA, 2007; MESQUITA, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2010), delineado quando o uso da água nas suas variadas formas passa a ser objeto de interesse de grupos empresariais que se apropriam dos bens naturais, transformando-os em mercadorias e os vinculando ao processo de acumulação de capital no âmbito da produção de *commodities*. Considerando a importância estratégica que a água/terra representa na Amazônia, seja na produção de energia, nos sistemas agrícolas ou como meio de integração regional (hidrovia), o agrohidronegócio tende a se ampliar nas dinâmicas territoriais.

Em Rondônia, o rio Madeira se transformou num importante sistema de objeto e sistema de ação (SANTOS, 2008), com a instalação ao longo do rio das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (6.450 MW), Hidrovia Madeira-Amazonas e portos graneleiro das tradings do agronegócio, por onde são transportadas as *commodities* produzidas no oeste do Mato Grosso e Rondônia. Elo de integração entre Porto Velho-Manaus, a Hidrovia Madeira-Amazonas se transformou num corredor de exportação de commodities constituído pelo sistema multimodal que interliga a BR-364 ao porto graneleiro localizado na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

Assim, o texto pretende articular esse processo no entendimento geral do conceito de agrohidronegócio, dividindo-se, além da introdução e da metodologia, na análise da formação sócioespacial de Rondônia, da territorialização e as contradições do agronegócio no estado e na reflexão sobre o hidronegócio no rio Madeira, indicando na conclusão os elementos inacabados dessa geografia.

Materiais e métodos

Para a realização da pesquisa, desenvolvemos os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica referente ao objeto de análise, selecionando referências que contribuíram para abordagem geográfica do agronegócio/ agrohidronegócio na Amazônia.

Posteriormente, analisamos duas situações de campo: a primeira tem como objeto o município de Vilhena, localizado na sub-região *Cone-Sul* de Rondônia, que a partir da segunda metade da década de 1990 passou a receber forte migração inter-regional em busca de terras para o cultivo de grãos (soja e milho), resultando na territorialização e expansão do agronegócio.

Foram realizados trabalhos de campo, diálogos com produtores e coleta de dados e informações nas instituições públicas locais. No decorrer de duas décadas, a geografia agrária do município sofreu transformações estruturais significativas, tais como: formação de latifúndios monocultores, concentração e valorização econômica da terra, arrendamentos de terras de uso familiar, conflitos sociais no campo e elevada taxa de urbanização, estimada em 95% (IBGE, 2010).

O segundo, representado pelos grandes sistemas de objetos instalados no curso do rio Madeira (hidronegócio), caracterizados pelos objetos fixos (porto graneleiro) que dá fluidez as exportações de grãos e carne. Os fixos e fluxos são responsáveis pela integração regional entre o Centro-Oeste e o Norte do país. Foi dessa relação que nasceu a ideia do estudo sobre o *agrohidronegócio* que ganhou fisionomia em Rondônia, à medida que a estrutura econômica regional desponta para um novo padrão de produção.

A Figura 1 indica, de forma estratégica, os pontos extremos do objeto de estudo. Na porção sul do estado se localiza a cidade de Vilhena, principal polo do agronegócio regional, enquanto que no extremo norte, a cidade de Porto Velho passou a ser o centro de referência de exportação de commodities através da Hidrovia Madeira-Amazonas. A rodovia BR-364 tornou-se elo de conexão entre as cidades de Vilhena e Porto Velho, distantes cerca de 700 km. Por fim, no contexto do agrohidronegócio nos levou a refletir esse processo a partir da construção das hidroelétricas do Madeira (Jirau e Santo Antônio).

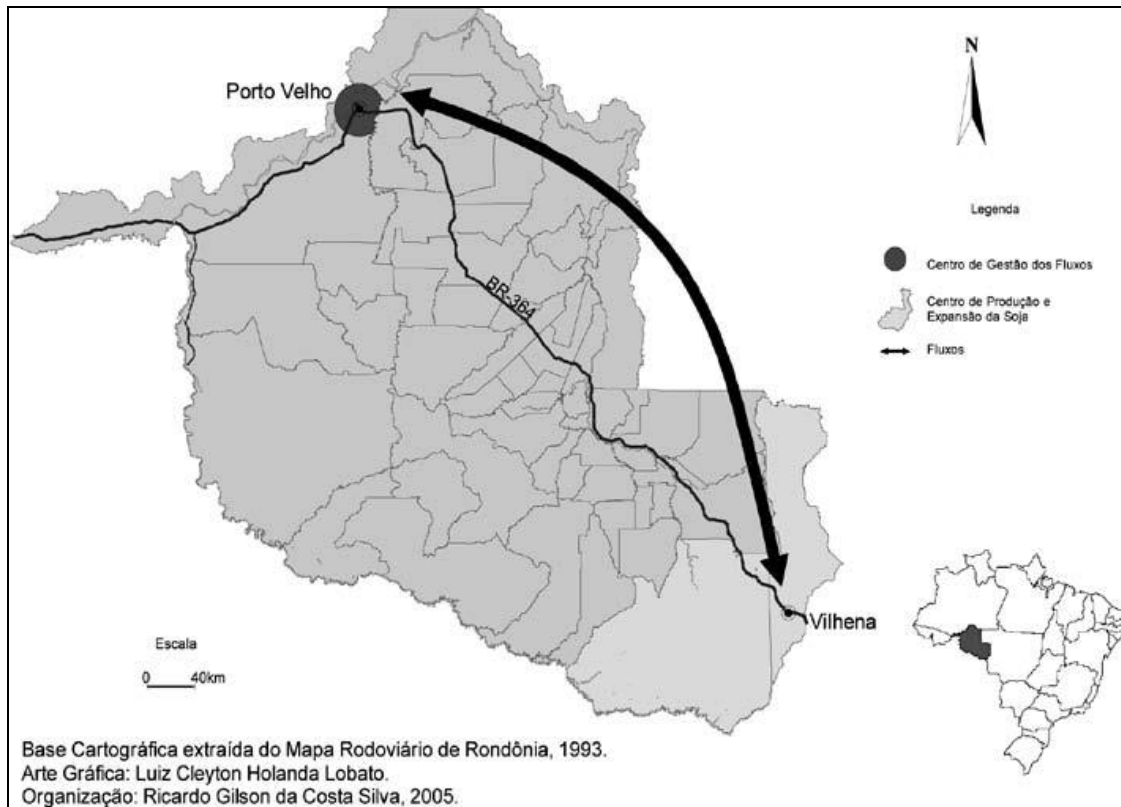


Figura 1: Centro de produção de soja (Vilhena) e o centro de gestão dos fluxos (Porto Velho) interligados pela BR-364. Fonte: Silva, 2009.

A pesquisa tem natureza qualitativa e considera o objeto de estudo como um elemento cíclico, sujeito a novos conceitos analíticos. A abordagem geográfica permite descrever, interpretar e contextualizar os dados relacionados ao objeto em estudo na compreensão de sua totalidade social, ainda que apresente uma leitura e resultados parciais.

Formação sócioespacial de Rondônia

Considerada uma região estratégica, a Amazônia se tornou referência para os interesses econômicos do Estado brasileiro em associação com empresas nacional e internacional, na busca por recursos naturais (minérios, terra e água) como espaço de produção e acumulação de capital. A partir da década de 1960 o governo federal formulou e implantou projetos econômicos criando para a região uma geopolítica específica e distinta, qualificada por Becker (1997) como *fronteira de recursos*.

Nesse contexto, Rondônia se destaca como um dos estados mais dinâmicos da economia regional. Para alcançar tal importância foi preciso experimentar uma grande transformação estrutural de natureza social, econômico

e territorial, provocando significativas alterações socioeconômicas no então Território Federal. Um novo arranjo sócioespacial foi se instalando ao longo das últimas seis décadas, configurando-se na dialética entre sociedade e natureza, que transforma matérias físicas da natureza disponíveis em um dado lugar em ativos econômicos, formalizando o contexto de controle social. A organização do espaço agrário rondoniense tem na ação estatal modeladora a implantação de projetos de colonização (assentamentos rurais) organizados e dirigidos estrategicamente pelos governos militares, que projetou o estado num espaço de interesse socioeconômico contraditório, na disputa pelo uso e ocupação das terras, construindo uma funcionalidade e dinamismo socioeconômico assentado na agropecuária.

Registra-se que até a década de 1960 a economia rondoniense se resumiu praticamente à extração de borracha e de castanha-do-pará (PEDLOWSKI, *et al.*, 1999; SILVA, 2012). Essa estrutura se rompe com a política de incentivos fiscais e investimentos do governo federal, como os projetos de colonização dirigida, bem como com a descoberta de ouro e cassiterita que fomentaram a migração para Rondônia, resultando na reestruturação socioespacial sustentada na pequena produção (camponesa/familiar). A difusão dos projetos de colonização na Amazônia, em especial para Rondônia, proporcionou um espaço socialmente mais dinâmico, pois, o incremento populacional deu um novo sentido à ocupação das áreas consideradas “vazio demográfico” pelo governo militar.

Durante a implantação do Projeto de Integração e Colonização (PIC) em Rondônia o fluxo de migrantes cresceu assustadoramente, o que corroborou para que o INCRA repensasse o modelo de distribuição de terras a fim de reduzir conflitos sociais agrários na região, visto que em 1977 apenas 35% das famílias assentadas nos projetos de colonização tinham títulos das terras que ocupavam (ESCADA, 2003). A migração e a colonização, os projetos de distribuição de terras implantados em Rondônia favoreceram a consolidação da população rural, cristalizando um modelo agrário-agrícola ancorado na pequena propriedade. Décadas depois esse modelo se modifica, dando origem a uma nova estrutura socioespacial, com base na produção de grãos e carnes, quando se formam médias e grandes propriedades. Nesse processo, a rodovia BR-364, principal eixo

de ligação de Rondônia com o centro-sul do país, se transformou na referência da política territorial, considerando que os projetos de assentamentos rurais se localizaram nessa vertente rodoviária e da economia regional.

O padrão do desenvolvimento socioeconômico, nesse período, articulava-se nos moldes de produção familiar, baseada numa agricultura de subsistência e numa incipiente pecuária leiteira e de corte. Foi a partir da década de 1990 que as mudanças na estrutura agrária de Rondônia adquiriram novo arranjo espacial, quando a pecuarização se enraizou de forma intensiva, induzido proprietários rurais à conversão da agricultura para a pecuária extensiva. Dados do Censo Agropecuário de Rondônia (IBGE, 2006) indicava que a pecuária se desenvolvia em estabelecimentos rurais de todo tamanho, com maior concentração nos pequenos e médios estabelecimentos (área inferior a 240 ha), com sistema de produção diversificado, integrando lavoura e pecuária dentro de estabelecimentos menores de 100 ha (IBGE, 2006). Com a expansão da pecuária, o avanço sobre novas áreas se intensificou favorecendo ao aumento do desmatamento e das queimadas na região.

A partir de 1997 um novo arranjo espacial se sobrepõe em Rondônia, quando se introduz de forma experimental as primeiras lavouras de soja nas áreas tropicais do estado. A espacialização da soja no sul rondoniense (região conhecida como *Cone-Sul*) se dinamizou de forma expressiva, a partir do ano 2000, nos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia. O Cone-Sul se tornou o principal centro produtor de grãos, inaugurando o uso do território sob a marcha do agronegócio da soja, constituindo-se em um processo estrutural na mudança espaço-temporal de Rondônia (SILVA, 2010). A implantação da nova economia agrícola impõe ao espaço agrário rondoniense rupturas sociais significativas, pelo qual o campo passou a ser o centro de tensão e conflitos agrários e territoriais entre os agentes hegemônicos do agronegócio e os camponeses sem terras. A dinâmica do agronegócio em Vilhena (principal centro produtor de grãos do estado) está vinculada à expansão e a consolidação da soja, milho e arroz, à apropriação privada da terra e dos recursos hídricos. Para Thomaz Junior (2010), esse processo recente de expansão do agronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros e se fortalece com intensidade no

Cerrado, na Amazônia e também em algumas áreas do Semiárido do Nordeste (MATOPIBA), concilia interesses dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, portanto a produção de produtos para exportação (*commodities*).

Em Rondônia, relacionar o agronegócio ao hidronegócio é tarefa fundamental da pesquisa acadêmica, considerando que a terra e a água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital agrário-industrial. A água se tornou mercadoria de alto valor comercial e a diversidade do seu uso fez desse elemento um recurso de grande importância geopolítica. Produção de energia, navegação, irrigação e abastecimento humano são exemplos dos negócios estratégico-econômicos relacionados à água.

Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos analisando as contradições socioespaciais processadas no âmbito do agrohidronegócio em Rondônia.

A territorialização e as contradições do Agronegócio em Rondônia

Uma das mais importantes categorias de análise geográfica atual, sem dúvida, é o *território*. Nele que ocorre o acontecer social e encontramos a materialidade sobreposta através das temporalidades e conflitualidades que marcam a vida em sociedade (SAQUET, 2010). Com a evolução e difusão das técnicas, o território passou a ter outro significado, tornando-se “organizado” e “pensado” na lógica do capital que intensificou seu uso nas mais diversas alternativas de acumulação de riqueza (HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2008).

A territorialização do capital multinacional na agricultura ocorreu a partir da década de 1960, quando se incrementou a política agrícola conhecida por “Revolução Verde”, favorecendo a expansão de um modelo produtivo sustentado nas mais modernas tecnologias para atender a uma demanda multiescalar. Isso levou o país a se transformar num centro produtor e exportador agrícola na economia global.

As transformações ocorridas na agropecuária do Brasil nas últimas cinco décadas, exercem profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos produtivos. Nesse sentido, somente no

final da década de 1990 é que Rondônia passou a absorver os fluxos de commodities, cuja área de territorialização do agronegócio da soja ocorreu, como já mencionado, na região Cone-Sul. Trata-se de tornar o território “atualizado”, configurando-o na lógica do capital hegemônico em termos de técnica, ciência e informação, no que diz respeito àquilo que nele se produz. Esse conjunto de técnicas altera a estrutura econômica e social de caráter tradicional e faz-se impor um modelo dinâmico que obedece à globalização econômica em seu pleno grau de exigência, que é o espaço organizado sobre a lógica do capital (SILVA, 2009, 2016). A territorialização do agronegócio no Cone-Sul de Rondônia está diante do processo de sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2007).

Atraídos pelos baixos preços das terras, pelas políticas de incentivos fiscais e considerando as características edafoclimáticas de Rondônia, as empresas do agronegócio expandem seus impérios sobre o território. A territorialidade do capital agroindustrial ocorreu no município de Vilhena que representa o centro do agronegócio do estado (Figura 2).

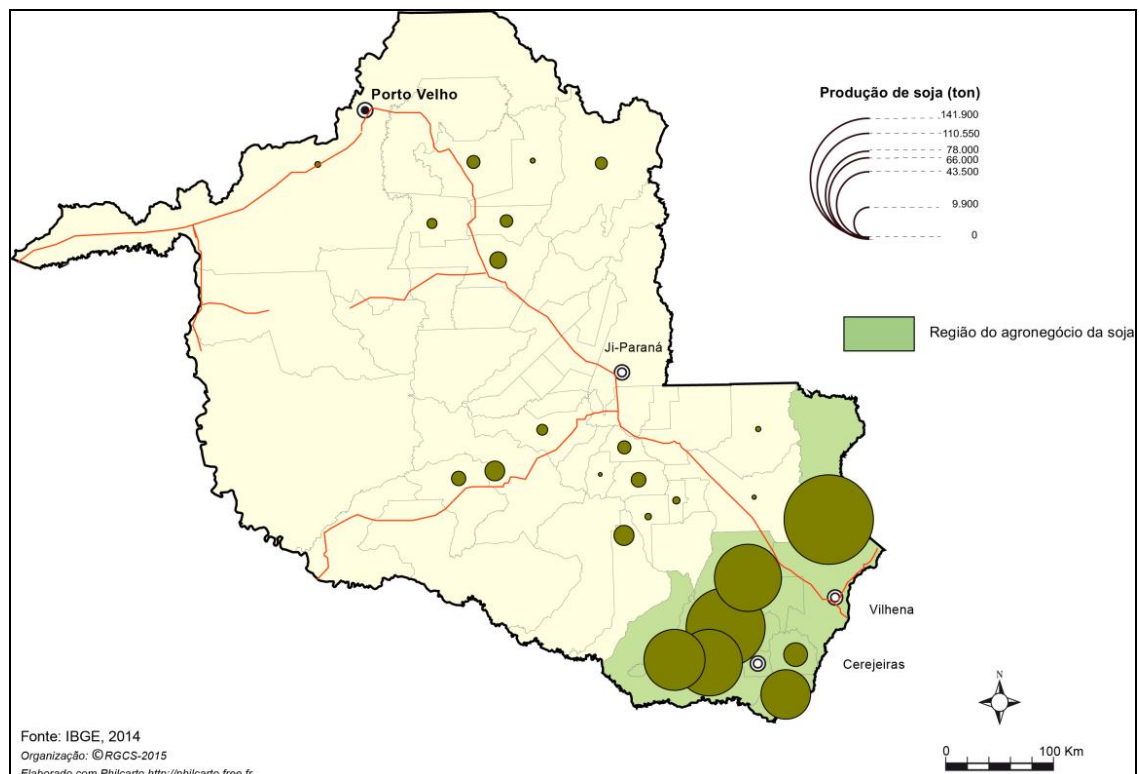


Figura 2: Regionalização da soja em Rondônia (2014). Fonte: Silva (2015)

O avanço da produção de soja resultou na transformação da geografia agrícola de Rondônia. Esse processo acelerou a expansão de soja para todo o

Cone-Sul, fazendo com que as empresas (tradings) buscassem novos sistemas de objetos para garantirem a expansão e controle da produção. A dinâmica do agronegócio (produção de grãos) em Vilhena passa a ser determinada pelo padrão de acumulação centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais, que se expande e formam as regiões produtivas agrícolas (ELIAS, 2001).

Nessa perspectiva, a produção de grãos na região do Cone-Sul se consolida numa curta temporalidade. A inserção das novas tecnologias modificou a composição orgânica do espaço agrário (fixos e fluxos), criando-lhe nova funcionalidade territorial, vinculado ao espaço da globalização (SANTOS, 2008; SILVA, 2009). Esses signos podem ser representados pelo sistema de comunicação e de transportes que permitem a fluidez territorial (ARROYO, 2003) da produção de Rondônia e do Mato Grosso, que utiliza o sistema multimodal representado pela rodovia BR-364 e pelo porto graneleiro de Porto Velho, como nexos estratégicos da exportação de commodities da região.

A territorialização do agronegócio em Rondônia assumiu representatividade na pauta da exportação, contribuindo significativamente na participação do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, gerado pela produção de grãos e carnes, haja vista que Rondônia possui, atualmente, cerca de 13 milhões de cabeças de gado. O Quadro 1 mostra a evolução da produção e da produtividade da soja em Rondônia, bem como o aumento da área plantada entre a safra de 2000/01 a 2013/14, de acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Quadro 1: Evolução da produção de soja em Rondônia (2001/2014)

SAFRA	ÁREA (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/g)
2001/02	28.660	85.000	2.972
2002/03	44.100	123.000	3.000
2003/04	59.500	177.900	2.990
2004/05	74.400	227.200	3.054
2005/06	106.400	283.000	2.660
2006/07	90.400	277.500	3.070
2007/08	99.800	311.600	3.122
2008/09	106.00	326.500	3.080
2009/10	122.300	384.300	3.142
2010/11	132.300	425.300	3.215
2011/12	143.300	462.600	3.228
2012/13	167.700	539.300	3.216
2013/14	192.100	610.300	3.177

Fonte: CONAB (2014). Organização: Autores

A geografia agrícola da soja se modificou significativamente a partir da safra 2001/2002. A área de produção nesse período era de 28.600 (ha), com uma produção estimada em 85 mil toneladas e uma produtividade de 2.972 kg/ha. Doze anos depois acompanhamos, pelos dados da CONAB (2014), o expressivo crescimento do cultivo da oleaginosa, especialmente, no sul do estado. Em 2013/14, a safra chegou a 610.300 toneladas, cujo potencial está relacionado ao incremento da expansão territorial agrícola que chegou a 192.100 (ha) usado no plantio do grão. Consequentemente, a produtividade chegou a 3.177 kg/ha.

O aumento da produção e da produtividade (média de 3.000 k/g) da soja se deve ao incentivo à pesquisa e desenvolvimento biotecnológico lideradas por empresas nacionais e estrangeiras, que monopolizam a produção de sementes transgênicas, criando cultivares adaptáveis as condições naturais da região tropical, bem como, às políticas de incentivo ao agronegócio, como exemplo o Plano Safra de 2016, que destinou ao setor 202 bilhões de reais.

Por fim, o efeito avassalador da territorialização do agronegócio no sul de Rondônia, permitiu, ao mesmo tempo, a modernização nos grandes latifúndios monocultores, e a exclusão social e desterritorialização de camponeses/produtores familiares que venderam, arrendaram suas terras no âmbito dos conflitos agrários na região. Constata-se no espaço agrário de Vilhena a contradição entre a produção camponesa familiar e o latifúndio monocultor. Dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) indicam a existência de 3.984 pessoas na área rural de Vilhena, o que corresponde cerca de 5% da população do município. O êxodo rural, inerente ao modelo econômico agrícola, fez de Vilhena o município de maior taxa de urbanização (95%) de Rondônia.

Uma reflexão do hidronegócio no Rio Madeira

Na atual conjuntura da economia globalizada a produção de *commodities* aumentou na pauta de exportações corroborando para valorizar o comércio de terras, o que leva o capital a buscar novas formas de acumulação e apoderar-se dos recursos naturais. Esse controle permite aos agentes hegemônicos normatizar o uso do território, gestão processos econômicos que possam garantir retorno financeiro. Além do agronegócio já estabelecido em Rondônia é possível

ênfatizar um novo arranjo espacial capitalista considerado relevante para a economia, que vários autores estão qualificando de *agrohidronegócio* e/ou *hidronegócio*, entendido como processo de apropriação da água para fins de acumulação capitalista (MENDONÇA; MESQUITA, 2007; MESQUITA, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2010; REINALDO, 2012).

Apontam-se as reservas hídricas brasileira como as maiores do mundo, e no cerne dessa geografia física está a bacia Amazônica, com a maior concentração de água potável do planeta, tanto superficial quanto subterrânea, representada pelo aquífero Alter do Chão. É nessa vastidão hídrica que está localizado o rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas e principal hidrovia que liga Rondônia à Manaus e aos portos graneleiros de Itacoatiara (Amazonas) e Santarém (Pará), caminho para o transporte dos grãos de soja para a América, Europa e Ásia.

Para Thomaz Junior (2010), o sucesso do agronegócio não pode ser atribuído somente a sua territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água, assim como as demais etapas da cadeia produtiva fundamentais para seu crescimento e domínio territorial. É evidente que no mundo onde a escassez de água ascende assustadoramente por vastas regiões, limitando o acesso de grupos sociais a esse recurso, a indústria da água se prolifera na mesma rapidez transformando-a em mercadoria. Há interesses de empresas nacionais e estrangeiras do setor em privatizar e monopolizar esse recurso. Seguindo essa lógica, Thomaz Júnior (2010) explica que recentemente os interesses do capital revelam que:

O processo de mercantilização da água também segue ritmo frenético de investimentos, ou se ampliam para a produção de energia elétrica, e na apropriação de fontes para futuro envase e comercialização para o consumo humano, processo que está sendo monopolizado por quatro grandes grupos empresariais: Pepsi, Nestlé, Coca-Cola e Danone (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p.99).

Essas empresas encontraram “facilidades” governamentais, principalmente nos países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil, onde as políticas neoliberais comungam com tal prática, o que favorece a hegemonia dessas instituições com o apoio do Estado.

Em Rondônia, o rio Madeira foi o cerne de investimento privado com apoio estatal. A parceria público-privada no âmbito do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC 1 e 2) dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, elegeu a Amazônia como a mais nova área de exploração energética do país, produzindo uma nova espacialidade. Por um lado, a produção de energia para abastecer e garantir o desenvolvimento econômico das regiões mais dinâmicas do país (Sul e Sudeste) transformou o rio Madeira numa espécie de “reservatório seletivo” da acumulação do capital. Por outro, as usinas de Jirau e Santo Antônio romperam o acontecer local das comunidades tradicionais, principalmente ribeirinhos e pescadores artesanais, modificando seus lugares e seus modos de vida, de modo que no alto rio Madeira, acima da cidade de Porto Velho, todas as comunidades e vilas ribeirinhas foram desterritorializadas, desaparecendo da cartografia social do rio.

Os conflitos sociais e territoriais se tornaram frequentes na região. Agora, a disputa não é apenas por território, mas sim pela água, precisamente pela privação dela imposta pelos empreendimentos que se instalaram no leito do Madeira. O mesmo rio é disputado por grupos sociais com interesses distintos. A hegemonia do capital, aliado ao Estado, prevalece sobre os desvalidos do poder (ribeirinhos), que conseqüentemente, são desterritorializados, quando não mortos em conflitos pelos bens que há pouco lhes pertencia.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015) indicam que na região Norte ocorreu 23 focos de conflitos pela água, sendo desses, seis em Rondônia. A geografia dos conflitos revela que justamente nos estados de Rondônia e Pará as disputas foram mais intensas, dado que nessas regiões os pilares desse novo desenvolvimentismo se reforçaram com a retomada do Estado brasileiro no planejamento de grandes hidrelétricas, a exemplo do complexo hidrelétrico do Madeira e Belo Monte, no Rio Xingu.

É nesse sentido que as disputas territoriais relacionadas à construção de usinas hidroelétricas funda um tema que nos permite compreender a inserção atual da Amazônia no contexto do chamado agrohidronegócio. A importância estratégica do rio Madeira não está presente apenas nesses sistemas de objetos produtores de energia elétrica, mas também no uso desse recurso territorial como importante hidrovia que integra Rondônia – Amazonas, por onde são exportadas as commodities (grãos e carne) produzidas nos estados do Mato Grosso, Rondônia e até de Goiás.

A construção da Hidrovia Madeira-Amazonas (HMA), inaugurada em 1997, constituiu tanto um evento quanto um sistema de objeto estruturante na geografia regional, que “sinaliza a inversão dos fluxos de commodities para a Amazônia, deslocando as forças do agronegócio para regiões hegemonicamente vividas por camponeses, ribeirinhos, caboclos, comunidades extrativistas” (SILVA, 2016, p.337).

Em resumo, a dinâmica do agrohidronegócio em Rondônia cresce aceleradamente no viés do desenvolvimento econômico, orientado pelos programas governamentais em conjunto com o capital privado nacional e estrangeiro, o que deixa marcas significativas no contexto regional. O uso dos recursos hídricos em Rondônia seja como meio de integração regional (hidrovias), abastecimento humano, produção energética ou no sistema de irrigação agrícola, são nessa perspectiva elemento fundamental no processo de desenvolvimento e expansão das atividades econômicas.

O uso da água superficial ou subterrânea se tornou elemento de interesse do capital privado, revelando que o processo de apropriação da terra e da água passou a ser sinônimo de poder, de progresso econômico, de conflitos e exclusão sócioterritorial. O exemplo mais recente de natureza política é a proposta de privatização da Hidrovia do Madeira feita pelo DNIT, cuja justificativa está nos “altos custos” de dragagem, acelerado pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio (AMAZONASATUAL, 2015).

Conclusão

Neste início de século a espacialidade em Rondônia indica um acontecer distinto de outras temporalidades, conduzido por um modelo econômico centralizado na apropriação dos recursos naturais, como terra e água, fatores essenciais para o desenvolvimento regional. Grupos econômicos expandem seus impérios na Amazônia, controlando e transformando a natureza em mercadorias, o que fomenta disputas territoriais frente tanto à construção de barragens/hidrelétricas, como na expansão do agronegócio, o que nos permite contextualizar tais processos no seio da formação do agrohidronegócio.

O agrohidronegócio projetou Rondônia no cenário internacional. Contudo, os efeitos contraditórios dessa lógica deixaram marcas significativas. A

territorialização do agronegócio fomentou a origem de latifúndios monocultores, principalmente no sul rondoniense. A estrutura fundiária dessa região sofreu um novo arranjo espacial com a inserção e expansão da agricultura empresarial (soja e pecuária de corte), dilacerando com o modo de vida e produção familiar, na medida em que pequenas propriedades rurais foram sendo incorporadas aos latifúndios monocultores. O complexo hidroelétrico instalado no curso do rio Madeira produziu transformações espaciais sem precedentes, onde milhares de pessoas em inúmeras comunidades e vilas foram desterritorializadas.

Assim, compreender que as dinâmicas territoriais operadas pelo agrohidronegócio são necessárias para desvelar os processos de apropriação e dominação dos territórios dos grupos sociais mais vulneráveis. A expansão da soja e a construção da Hidrovia Madeira-Amazonas e das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio indicam que a ação do Estado e do capital alcançou áreas e regiões de territorialidade camponesa e de comunidades tradicionais amazônicas, ampliando e intensificando a escala geográfica dos conflitos sociais.

Referência

- AMAZONAS ATUAL. Dnit confirma que governo quer privatizar o Rio Madeira. **Jornal AmazonasAtual**, 18/05/2015. Acessado: <http://amazonasatual.com.br/dnit-confirma-que-governo-quer-privatizar-o-rio-madeira/>
- ARROYO, Mónica. El territorio brasileño y la internacionalización de los circuitos de producción. In: **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras/UBA, 2003. pág. 315-335.
- BECKER, B. **Amazônia**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997. 112 p.
- CANUTO, Antônio; LUZ, C. R. S. L.; ANDRADE T. V. P. **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 p.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. – v. 1, n.3 (2014) – Brasília.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e Novas Regionalizações. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, novembro, 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário – 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- MENDONÇA, M. R.; MESQUISTA, H. A. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: 1 Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas. 2 Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, **Anais...** Salvador, 2007.

- MESQUITA, H. A. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro? o agro/hidronegócio comeu! **Terra Livre**, v. 2, p. 17-30, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PEDLOWSKI, M.; DALE, V.; MATRICARDI, E. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. **Ambiente & Sociedade**, v.2, n. 5, p. 93-107, 1999.
- REINALDO, H. C. **Hidrelétrica Serra do Facão no Rio São Marcos: tramas e dramas sobre Davinópolis (GO)**. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2012
- SANTOS, Carlos. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2007.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação sócioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, A; NASCIMENTO SILVA, M. G. S; SILVA, R. G. C. (Orgs.) **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas**. 1ed. Curitiba: Editora SK, 2012, v. 1, p. 58-82.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Geografia Agrária no Brasil: Disputas, conflitos e alternativas territoriais. In: FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (Org.). **Geografia Agrária no Brasil: Disputas, conflitos e alternativas territoriais**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016. 392 p.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Globalização e Dinâmicas Territoriais em Rondônia. Região Amazônica**. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación (FAHCE). Bibhuma, Año 5, N° 5, p. 41-61, 2009.
- THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

*Artigo recebido em 17 de novembro de 2016
Avaliado em 14 de março de 2017
Aceito em 03 de abril de 2017
Publicado em 15 de maio de 2017*